

OPTIMIZE INVESTMENT PARTNERS



RELATÓRIO E CONTAS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE

2023



OPTIMIZE

Investment Partners

Índice

1	Relatório de Gestão	3
1.1	Enquadramento geral da atividade em 2023	4
1.2	Aspetos mais relevantes da atividade em 2023	12
1.3	Contas 2023	15
2	Demonstrações Financeiras	17
2.1	Demonstração da Posição Financeira	18
2.2	Demonstração dos Resultados	19
2.3	Demonstração de Rendimento Integral.....	20
2.4	Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	21
2.5	Demonstração de Alterações no Capital Próprio.....	22
3	Anexos	23
3.1	Anexo ao Relatório de Gestão	24
3.2	Anexo às Demonstrações Financeiras	26
4	Certificação Legal das Contas.....	48

| 1 RELATÓRIO DE GESTÃO

1.1 Enquadramento geral da atividade em 2023

MERCADOS FINANCEIROS NO ANO DE 2023

O ANO DO ATAQUE CERRADO À INFLAÇÃO

A generalidade dos bancos centrais, adotaram uma série de políticas restritivas para contrariar a elevada inflação, concretizando o ciclo mais agressivo de subidas das taxas de juro das últimas décadas. Apesar de ainda estar longe do nível pretendido, a inflação está a apresentar um forte abrandamento estimando-se que atinja a meta da FED e do BCE nos próximos 2 anos, pelo que 2023 deverá ficar marcado pelo fim do ciclo de subidas da taxa de juro. Há ainda a realçar o conflito armado no Médio Oriente, que ameaçou uma nova escalada no preço do petróleo, mas ao manter-se circunscrito a Israel e Palestina, este acabou por aliviar retirando novamente a pressão sobre a inflação.

Contra todas as expetativas, o ano vai terminar com a generalidade das economias a registarem um forte abrandamento, mas ainda com crescimento positivo. Apenas a Alemanha deverá terminar o ano em recessão, por trata-se de uma economia muito exposta ao setor industrial, e muito impactada pela subida dos custos com a energia do ano anterior. Os restantes países da Zona Euro, especialmente os mais expostos a serviços, e menos dependentes da importação de energia do leste europeu, deverão evitar a recessão.

As generalidades dos ativos financeiros apresentaram performances positivas. No caso das ações esta performance esteve muito concentrada nas mega caps. Nas obrigações, apesar da volatilidade nas taxas de juro, o efeito carry, acabou por proporcionar a estabilidade pretendida no desempenho desta classe de ativo.

EUA

Contra todas as expetativas, os EUA acabaram por escapar à recessão durante o último ano, estimando-se que termine 2023 em forte abrandamento, mas ainda no sentido positivo. Apesar da maioria dos analistas antecipar que a economia iria entrar em recessão durante este ano, devido ao ritmo de subida das taxas de juros por parte da FED, tais medidas acabaram por não ter o efeito tão célere como se esperava, com o ano a fechar com o mercado laboral robusto e sobretudo pelo PIB ainda revelar um crescimento ligeiro da economia impulsionado pelo Plano Biden.

Acontece que estas políticas restritivas, na realidade americana, têm um efeito mais demorado a materializar-se na economia. O tipo de financiamento americano é maioritariamente de taxa fixa, pelo que, o aumento de taxa de juro não penaliza os contratos em vigor de crédito às empresas e das hipotecas das famílias. Por enquanto, afetou apenas atividade de novos créditos financeiros, bem refletidos na contração dos dados de evolução da atividade económica e de aquisição de novas casas. A atividade de crédito ao consumo também indicia um travão à economia interna. Por exemplo, o recurso ao “buy now, pay later” já se destaca como a solução ao consumo dos americanos. Neste ponto, consideramos que a economia americana poderá entrar em ligeira contração durante o primeiro semestre de 2024, ao ritmo da necessidade de novos financiamentos a taxas de juro mais elevadas. Em consequência, a inflação terá um abrandamento mais célere e a FED poderá finalmente virar as fichas para a evolução do PIB, o que estimamos que traduzir-se-á em cortes das taxas de juro.

EUROPA

Apesar da inflação na Zona Euro estar praticamente no patamar pretendido, entendemos ser muito cedo para assumir que esteja controlada, antecipando mesmo que possa ser agravada nos próximos meses, já que os últimos aumentos com os custos com energia, as revisões salariais e sobretudo as despesas com habitação deverão pressionar este indicador. Por outro lado, não vemos mais espaço para novas subidas das taxas de juro já que importantes países, como é o caso da Alemanha e de França estão a contrair. Pelo que antecipamos que estamos no ponto de inflexão das taxas de juro por parte do BCE. Estimamos que os países mais ocidentais vão manter um crescimento positivo, e a Alemanha deverá sair do ciclo recessivo que se encontra, terminando o ano 2024 no sentido positivo.

JAPÃO

O ano foi marcado pelo regresso da inflação, com as várias medidas de política fiscal e monetária a terem um impacto direto no consumo interno. Em especial pelo efeito da maior subida salarial dos últimos 30 anos, ao estarem indexados à inflação, promoveram um impulso relevante na recuperação da economia nipónica. Na componente corporativa, esta recuperação reflete-se nas perspetivas de crescimento das empresas, impulsionadas também pela recuperação da sua relevância no comércio global, nomeadamente com Coreia do Sul, Taiwan e EUA. A componente cambial também favoreceu os segmentos exportadores. Os setores melhor posicionados são os ligados à robotização, semicondutor, eletrodomésticos e químicos. O investimento na cibersegurança e digitalização também vai ter um impulso muito relevante com o primeiro-ministro Kishida comprometido em reforçar o investimento na segurança nacional.

MERCADOS EMERGENTES

Na China, a crise no imobiliário, um setor que representa cerca 30% do seu PIB, é o elefante na sala, e a maior preocupação das autoridades chinesas. Um setor com vários players em risco de default e com os preços das casas em queda. Adicionalmente, é uma economia que já não cresce ao ritmo das últimas décadas. Trata-se de uma sociedade mais envelhecida, cuja população ativa tem diminuído, pelo que tem como desafio reequilibrar o seu modelo de crescimento.

As autoridades têm introduzido alguns estímulos ao longo do ano, com algum impacto no curto prazo, mais propriamente sobre o consumo interno. Para o longo prazo, a intensificação de políticas protecionistas e o braço de ferro com os EUA deverá condicionar ainda mais as suas dinâmicas de crescimento.

Quem se encontra na crista da onda do crescimento, e aproveitar do abrandamento da China é a Índia e também alguns países do sudeste asiático, como por exemplo a Indonésia e Vietname. A Índia está a beneficiar da sua dinâmica de crescimento impulsionado pela sua demografia populosa, jovem e instruída que está a cativar muitas empresas globais a expandirem e diversificar as suas supply chains nas mais diversas indústrias em instalar nova capacidade no seu território.

CRESCIMENTO ECONÓMICO MUNDIAL (REAL E PREVISIONAL)

	2022	2023	2024 (P)	2025 (P)	2026 (P)
Mundo	3,50%	3,00%	2,90%	3,20%	3,20%
Zona Euro	3,30%	0,70%	1,20%	1,80%	1,70%
Alemanha	1,80%	-0,50%	0,90%	2,00%	1,90%
França	2,50%	1,00%	1,30%	1,80%	1,70%
Itália	3,70%	0,70%	0,70%	1,00%	1,10%
Espanha	5,80%	2,50%	1,70%	2,10%	1,80%
Portugal	6,70%	2,30%	1,50%	2,10%	2,00%
Estados Unidos	2,10%	2,10%	1,50%	1,80%	2,10%
Canadá	3,40%	1,30%	1,60%	2,40%	1,80%
Japão	1,00%	2,00%	1,00%	0,60%	0,50%
Reino-Unido	4,10%	0,50%	0,60%	2,00%	2,00%
China	3,00%	5,00%	4,20%	4,10%	4,10%
Índia	7,20%	6,30%	6,30%	6,30%	6,30%
Brasil	2,90%	3,10%	1,50%	1,90%	1,90%
Rússia	-2,10%	2,20%	1,10%	1,00%	1,00%

Fonte: FMI

AÇÕES: CORRIDA À INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Os mercados acionistas apresentaram subidas expressivas no ano de 2023, impulsionados sobretudo pela corrida à Inteligência Artificial e pelo desempenho das mega caps. O Eurostoxx 50 terminou o ano com uma performance positiva de 19,2%. Países mais sólidos do ponto de vista económico e orçamental como a França e a Alemanha seguiram a mesma trajetória, o CAC 16,5% e o DAX 20,3%. Os países periféricos, como Portugal, Espanha e Itália obtiveram 11,7%, 22,8%, e 28% respetivamente. Nos Estados-Unidos, as principais bolsas tiveram desempenhos muito positivos. O Nasdaq valorizou 43,4%, o S&P500 obteve 24,2% e o Dow Jones valorizou 13,7%.

No Japão, o Nikkei 225 valorizou 28,2%.

No Reino-Unido, o FTSE 100 valorizou 3,8% no ano.

Os países emergentes, tiveram comportamentos antagónicos, em termos agregados teve um ano positivo refletido pela subida de 7% do MSCI Emerging Markets. Por um lado, os índices chineses condicionaram este desempenho com o CSI 300 a desvalorizar 11,4% e o índice de Hong Kong a cair 13,8%, por outro lado o índice BSE Sensex refletiu o bom momento da economia indiana com uma subida de 18,7% e do índice brasileiro Ibovespa a subir 22,3%. Nos mercados fronteira, o índice MSCI Frontier Markets obteve uma subida de 7,9%.

PERFORMANCE DOS PRINCIPAIS ÍNDICES BOLSISTAS NO ANO 2023 (MOEDA LOCAL / EURO)

		Moeda Local	Euro
Brasil	BOVESPA	22,3%	28,4%
Índia	S&P BSE SENSEX	18,7%	14,2%
Estados Unidos	S&P 500	24,2%	20,3%
Austrália	ASX 200	7,8%	4,6%
Japão	NIKKEI 25	28,2%	15,5%
China	HANG SENG	-13,8%	-16,7%
Reino-Unido	FTSE	3,8%	6,0%
França	CAC 40	16,5%	16,5%
Alemanha	DAX	20,3%	20,3%
Zona Euro	EUROSTOXX 50	19,2%	19,2%
Espanha	IBEX 35	22,8%	22,8%
Portugal	PSI 20	11,7%	11,7%
Itália	MIB	28,0%	28,0%

Dados: Bloomberg, moeda local / Euros

OBRIGAÇÕES: O REGRESSO DO CARRY

O efeito carry acabou por proporcionar rentabilidades muito interessantes neste ano. O próximo ano, promete ainda ser mais interessante com yields de partida elevadas, sem as incertezas do agravamento das taxas de juro do último ano e não menos relevante, a possibilidade de os bancos centrais iniciarem já em 2024 os cortes das taxas de juro. Portanto, entendemos que o downside pelo efeito risco de taxa de juro está muito limitado, assumindo que o risco de crédito vai passar a ser o mais relevante, daí aumentarmos a exposição das nossas carteiras a obrigações de maior duração e de maior qualidade de crédito.

No cenário que se avizinha de abrandamento, ou mesmo em algumas economias de recessão, os bancos centrais já vão assumindo que o atual nível de taxas de juro será suficiente para direcionar a inflação para a meta pretendida. Neste panorama, as yields que transacionam face à inflação esperada deverá proporcionar rendimentos reais muito positivos, conjuntura não observável na última década.

Num cenário verosímil de maiores complicações de crédito por parte dos vários agentes económicos, os bancos centrais poderão ter de antecipar o corte das taxas de juro, o que se traduzirá em rentabilidades muito interessantes nas obrigações mais correlacionáveis às taxas de juro sem risco.

Posto isto, as yields das dívidas governamentais da Alemanha e França aliviaram para 2% e 2,6% refletindo as perspetivas de início de cortes das taxas de juro por parte do BCE já em 2024. Nos Estados-Unidos, o rendimento dos "Treasuries" americanos a 10 anos manteve-se nos 3,9%, embora tivesse oscilado entre os 3,3% e os 5%. A descida abrupta no último trimestre, já reflete as perspetivas do mercado para uma inversão do ciclo das taxas de juro por parte da sua autoridade monetária, a FED.

No Reino Unido, a sua yield soberana a 10 anos terminou o ano nos 3,5%.

YIELDS DAS OBRIGAÇÕES DO TESOIRO A 10 ANOS

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023
Estados Unidos	3,9%	3,9%
Alemanha	2,6%	2,0%
França	3,1%	2,6%
Itália	4,7%	3,7%
Espanha	3,7%	3,0%
Portugal	3,6%	2,7%
Grécia	4,6%	3,1%
Reino-Unido	3,7%	3,5%
Suíça	1,6%	0,7%

Dados: Bloomberg

MATÉRIAS-PRIMAS: OURO, NOVAMENTE COMO REFÚGIO

O Índice S&P GS Commodity Index, indexante que reflete a performance das principais matérias-primas obteve uma performance de -12,2%, desempenho muito condicionado pelos indexantes petrolíferos e de alguns alimentares. No sentido oposto, destacamos a apreciação do Ouro, tendo renovado o seu máximo de sempre, uma matéria-prima encarada como ativo de refúgio.

EVOLUÇÃO DAS MATÉRIAS-PRIMAS

Nome	Índice	2023
Commodity	S&P GS Commodity Index	-12,2%
Petróleo	WTI Crude Oil	-10,7%
Ouro	Gold	13,1%
Prata	Silver	-0,7%
Milho	Corn	-30,5%
Cobre	Copper	2,1%
Alumínio	Aluminum	0,1%
Gás Natural	Natural Gas	2,8%
Soja	Soy beans	-14,9%

Dados: Bloomberg

DIVISAS: O DÓLAR E O IENE A DEPRECIAR FACE AOS SEUS PARES DESENVOLVIDOS

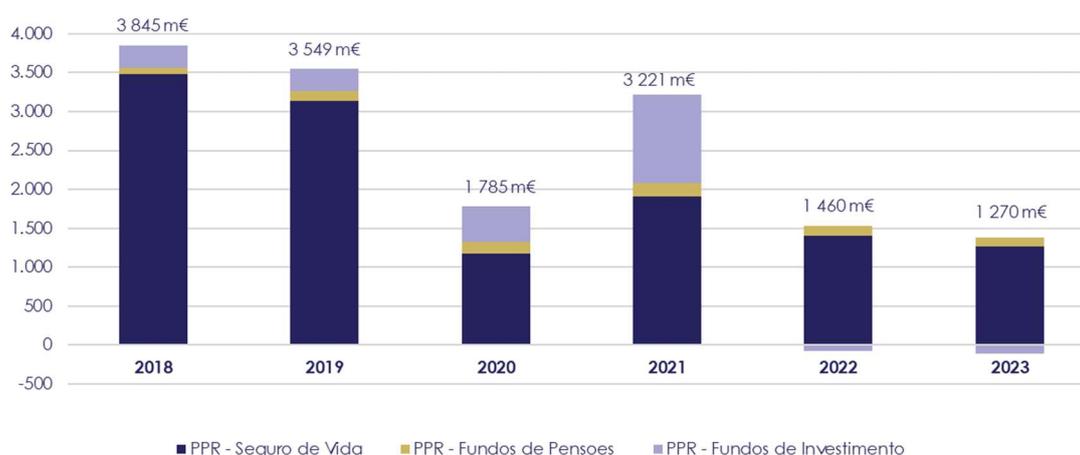
No que diz respeito às divisas, o dólar depreciou face aos seus principais pares cambiais dos países desenvolvidos, portanto face ao euro depreciou 3%. Já o iene registou uma depreciação mais significativa de 9,8% face ao euro. No sentido oposto, destaque para a apreciação do franco suíço de 6,6% face ao euro.

O MERCADO DOS PLANOS POUPANÇA REFORMA EM 2023

Evolução do mercado nos últimos 6 anos

No ano de 2023, a produção global de Planos Poupança Reforma, a qual contempla as subscrições em fundos PPR bem como as contribuições em fundos de pensões PPR e os prémios em seguros PPR, decresceu 13,0% face ao ano anterior, representando um fluxo de 1.270 milhões de euros. Esta diminuição foi causada pela diminuição dos montantes captados dos PPR sob a forma de Fundos de Investimento, que apresentaram uma produção líquida negativa de 113 milhões, valor que contrasta com uma captação positiva de 1.138 milhões em 2021 e negativa em 73 milhões em 2022. A produção dos PPR sob a forma de Seguro de vida também registou uma diminuição, de 1.410M€ em 2022 para 1.267M€ em 2023.

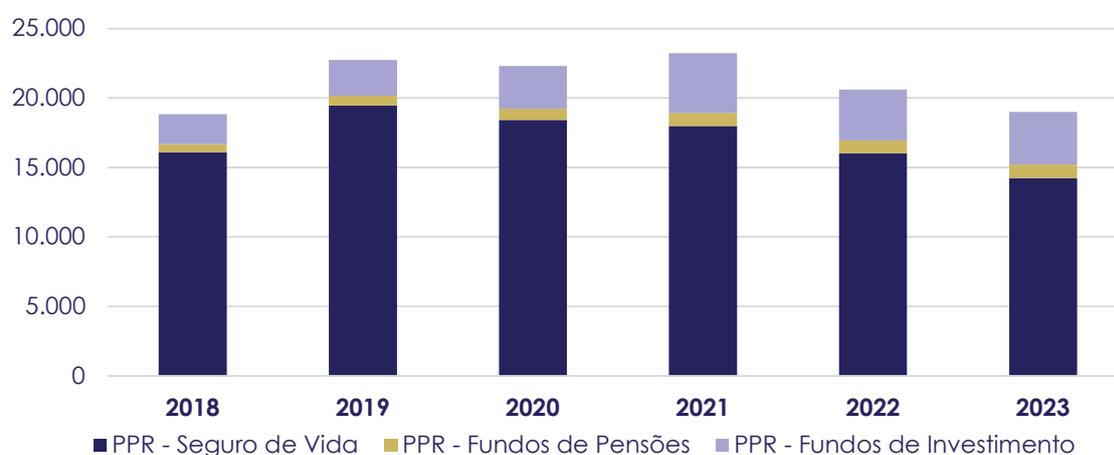
PRODUÇÃO DE PPR – 2018-2023



	2018	2019	2020	2021	2022	2023
PPR - Seguro de Vida	3.479	3.132	1.178	1.908	1.410	1.267
PPR - Fundos de Pensões	88	132	143	175	123	116
PPR - Fundos de Investimento	278	285	464	1.138	-73	-113
PRODUÇÃO	3.845	3.549	1.785	3.221	1.460	1.270

Valores em 31 de dezembro, em milhões de euros – Fonte: ASF e APFIPP

ATIVOS GERIDOS PPR – 2018-2023



	2018	2019	2020	2021	2022	2023
PPR - Seguro de Vida	16.092	19.452	18.420	17.981	16.032	14.225
PPR - Fundos de Pensões	581	702	799	933	910	983
PPR - Fundos de Investimento	2.149	2.569	3.069	4.303	3.659	3.771
ATIVOS SOB GESTÃO	18.822	22.723	22.288	23.217	20.601	18.980

Valores em 31 de dezembro, em milhões de euros – Fonte: ASF e APFIPP

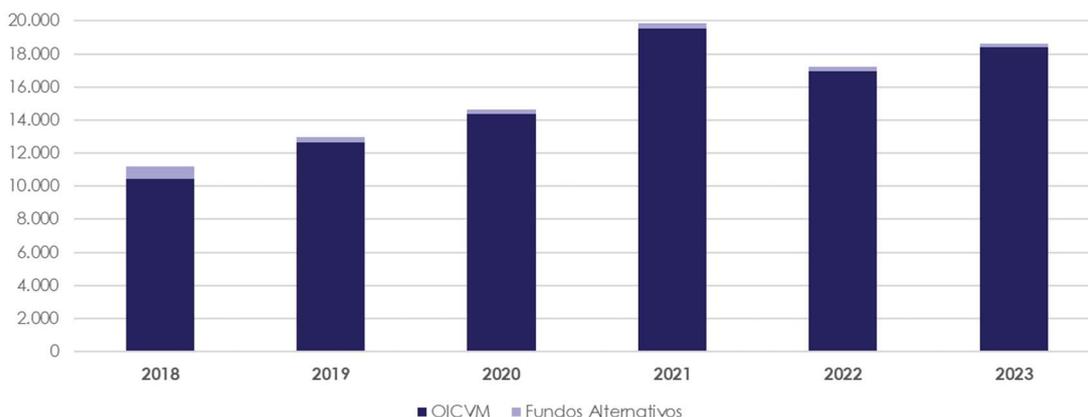
Em termos de ativos sob gestão, o mercado global dos Planos Poupança Reforma em 2023 teve uma redução de 8%, para o qual contribuiu o regime de resgate dos PPR ao abrigo da Lei n.º 19/2022. O mercado dos PPR divide-se em:

- 75% (14.225 m€) em seguros PPR, o que representa uma diminuição face aos 78% que representava no final de 2022;
- 5% (983 m€) em fundos de pensões PPR, um aumento face aos 4% em 2022;
- 20% (3.771 m€) em fundos de investimento mobiliário PPR, um aumento face aos 18% do final de 2022.

O MERCADO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO EM 2023

No ano de 2023, o mercado Português dos Fundos de Investimento Mobiliário registou um aumento dos ativos sob gestão de 8%, de 17.225M€ para 18.616M€. Essa evolução deveu-se essencialmente a uma evolução favorável dos mercados financeiros, tendo existido subscrições líquidas positivas no valor de 141M€.

FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO – ATIVOS SOB GESTÃO – 2018-2023



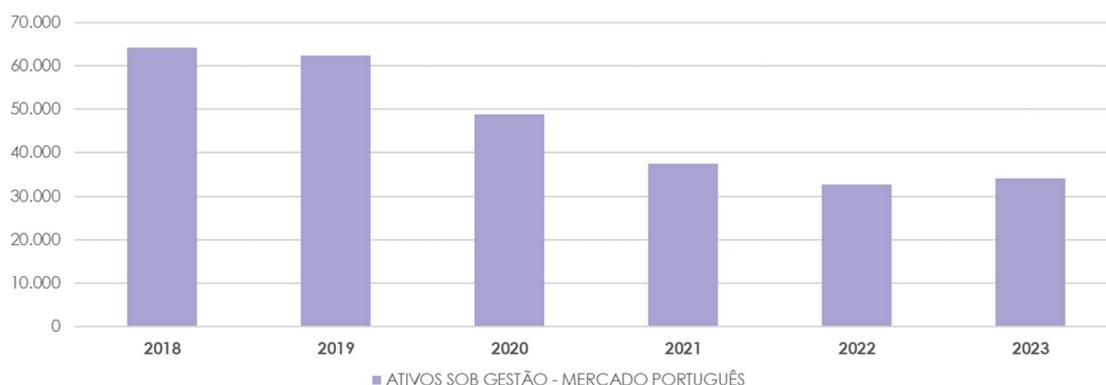
	2018	2019	2020	2021	2022	2023
OICVM	10,470	12,644	14,369	19,518	16,929	18,387
Fundos Alternativos	752	354	300	331	296	230
TOTAL FUNDOS	11,221	12,998	14,669	19,849	17,225	18,616

Valores em 31 de dezembro, em milhões de euros – Fonte: APFIPP

O MERCADO DA GESTÃO DE PATRIMÓNIOS EM 2023

Em 2023, os ativos sob gestão discricionária de carteiras por conta de outrem registaram um aumento de 4% face ao ano anterior, de 32.816M€ em 2022 para 34.096M€ em 2023, invertendo ligeiramente a sua trajetória de diminuição do volume de ativos sob gestão.

GESTÃO DISCRICIONÁRIA – ATIVOS SOB GESTÃO – 2018-2023



	2018	2019	2020	2021	2022	2023
ATIVOS SOB GESTÃO	64.168	62.329	48.852	37.580	32.816	34.096

Valores em 31 de dezembro, em milhões de euros – Fonte: APFIPP

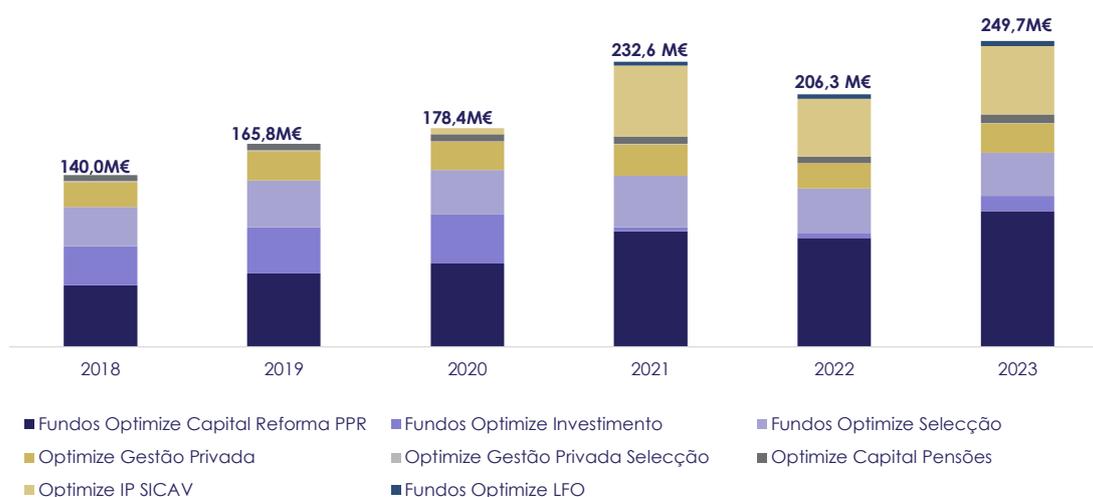
1.2 Aspetos mais relevantes da atividade em 2023

DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE

EVOLUÇÃO DOS ATIVOS GERIDOS

Em 2023, os ativos geridos pela Optimize Investment Partners registaram uma evolução positiva, tendo crescido 21%, de 206,3M€ a 31 de dezembro de 2022 para 249,7M€ no final de 2023. Este aumento dos ativos sob gestão deveu-se à valorização dos OIC e carteiras geridas pela Optimize, aliadas às subscrições líquidas positivas detalhadas abaixo.

ATIVOS SOB GESTÃO – 2018-2023



	2018	2019	2020	2021	2022	2023
FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO						
Fundos Optimize Capital Reforma PPR	50.244.949	59.877.141	68.112.884	94.360.804	88.981.379	110.706.512
Fundos Optimize Investimento	32.007.279	38.085.463	40.376.963	3.532.425	4.075.815	12.727.555
Fundos Optimize Selecção	31.945.087	37.959.842	36.167.933	41.933.645	36.395.937	35.314.929
Fundos Optimize LFO	0	0	0	3.054.368	3.432.894	4.111.768
TOTAL FUNDOS	114.197.315	135.922.445	144.657.780	142.881.242	132.886.024	162.860.764
GESTÃO DE CARTEIRAS						
Optimize Gestão Privada	20.464.236	24.000.829	22.771.032	25.605.011	20.938.011	23.939.207
Optimize Gestão Privada Selecção	745.670	700.877	430.441	10.336	132.300	0
Optimize Capital Pensões	4.620.502	5.194.692	5.508.799	5.970.682	5.223.775	7.201.233
Optimize IP SICAV			4.984.500	58.092.781	47.165.519	55.682.723
TOTAL GESTÃO DE CARTEIRAS	25.830.407	29.896.398	33.694.772	89.678.810	73.459.606	86.823.164
TOTAL	140.027.723	165.818.843	178.352.551	232.560.053	206.345.630	249.683.927

Valores em 31 de dezembro, em euros – Fonte: Optimize Investment Partners

PERFORMANCE DOS FUNDOS

TABELA DE PERFORMANCE DOS FUNDOS GERIDOS PELA OPTIMIZE INVESTMENT PARTNERS EM 2023

Fundo	2023	DESDE INÍCIO (ANUALIZADA)	INÍCIO
Optimize Capital Reforma PPR / OICVM Ativo	12,5%	3,7%	25/09/2008
Optimize Capital Reforma PPR / OICVM Equilibrado	9,7%	2,9%	25/09/2008
Optimize Capital reforma PPR / OICVM Moderado	8,5%	2,8%	19/08/2010
Optimize Capital reforma PPR / OICVM Agressivo	20,7%	4,5%	31/12/2018
Optimize Disruption Fund Cat Institucional	25,5%	-18,9%	06/09/2021
Optimize Disruption Fund Cat Standard	24,5%	-19,5%	06/09/2021
Optimize IP Global Flexible Fund Class A EUR	22,6%	4,9%	24/11/2008
Optimize IP Europe Value Fund Class A EUR	16,2%	3,2%	31/12/2010
Optimize IP Global Bond Fund Class A EUR	9,6%	2,7%	01/07/2013
Optimize LFO PPR Leopardo Cat Premium	10,7%	-1,0%	20/09/2021
Optimize LFO PPR Leopardo Cat Discount	9,5%	-1,9%	20/09/2021
Optimize LFO PPR Leopardo Cat Standard	9,2%	-2,3%	20/09/2021
Optimize LFO Rise US Equities Cat Institucional	12,9%	-1,3%	20/09/2021
Optimize LFO Rise US Equities Cat Discount	11,7%	-2,2%	20/09/2021
Optimize LFO Rise US Equities Cat Standard	11,4%	-2,6%	20/09/2021
Optimize Selecção Agressiva - Categoria A	6,6%	2,5%	02/11/2015
Optimize Selecção Agressiva - Categoria B	6,8%	2,7%	02/11/2015
Optimize Selecção Base - Categoria A	4,9%	1,1%	02/11/2015
Optimize Selecção Base - Categoria B	5,1%	1,4%	02/11/2015
Optimize Selecção Defensiva - Categoria A	3,6%	-0,4%	02/11/2015
Optimize Selecção Defensiva - Categoria B	3,8%	-0,2%	02/11/2015
Optimize Portugal Golden Opportunities	17,4%	10,6%	31/12/2021

*UP à data de 29/12/2023

Em 2023, todos os fundos geridos pela Optimize Investment Partners obtiveram rentabilidades positivas, com destaque para os fundos mais expostos a ações.

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO

Durante o ano de 2023, a produção líquida atingiu os 16M€, um aumento face aos 9,7M€ de 2022.

A produção líquida foi liderada pela gama Optimize Capital Reforma PPR (+10,2M€).

PRODUÇÃO – 2018-2023

	2018	2019	2020	2021	2022	2023
FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO						
Fundos Optimize Capital Reforma PPR	2.385.301	4.100.655	7.031.646	20.183.263	10.204.837	10.246.910
	6.062.096	14.017.156	19.438.709	43.355.647	44.456.138	47.918.490
Fundos Optimize Investimento	741.435	399.841	963.321	5.874.643	1.889.493	7.271.762
	2.704.264	2.653.824	3.634.285	18.051.245	2.005.816	7.775.685
Fundos Optimize Selecção	1.730.253	1.883.294	845.767	2.662.105	138.945	-2.965.163
	3.826.541	3.937.024	4.678.554	6.536.161	3.479.692	1.685.600
Fundos Optimize LFO				3.062.716	768.889	277.084
				3.064.405	784.896	390.193
TOTAL FUNDOS	4.856.989	6.383.789	8.840.734	31.782.727	13.002.164	14.830.593
	12.592.901	20.608.004	27.751.548	71.007.458	50.726.541	57.769.969
GESTÃO DE CARTEIRAS						
Optimize Gestão Privada	-1.101.544	869.358	-1.089.995	711.676	-1.101.954	516.519
	686.926	2.263.136	637.272	7.018.414	301.253	2.902.692
Optimize Gestão Privada Selecção	-92.940	-23.859	-237.566	5.000	-9.956	-131.925
	11.373	0	0	5.000	0	0
Optimize IP SICAV			5.000.000	4.488.981	-2.211.549	735.825
			5.000.000	6.939.979	3.109.948	2.989.224
TOTAL GESTÃO DE CARTEIRAS	-665.648	832.621	3.901.349	5.205.657	-3.323.460	1.120.419
	1.360.039	2.483.884	6.124.206	13.963.393	3.411.201	5.891.915
TOTAL	4.191.341	7.216.411	12.742.083	36.988.384	9.678.705	15.951.012
	13.952.940	23.091.888	33.875.754	84.970.851	54.137.742	63.661.885

Valores em 31 de dezembro, em euros. Valores Líquidos. Valores brutos em itálico. Fonte: Optimize Investment Partners.

PERSPETIVAS PARA 2024

Em 2024 e nos anos seguintes, a Optimize Investment Partners pretende:

- Reforçar a sua quota de mercado no mercado nacional por via do reforço do investimento em marketing e realização de eventos de literacia financeira.
- Aumentar a subscrição de fundos PPR quer por particulares, quer por empresas, a favor dos seus colaboradores.
- Investir na captação de clientes para o Portugal Golden Opportunities Fund, através de roadshows internacionais.
- Consolidar a distribuição internacional dos sub-fundos da Optimize IP SICAV, em Espanha, Bélgica, Luxemburgo, Itália.
- Celebrar uma parceria estratégica com a Silver Alpha Asset Management SGII, sociedade gestora de direito espanhol, onde a Optimize Investimento SGPS SA adquiriu uma participação no capital.
- Estudar aumentar a presença física em Portugal.
- Melhorar as ferramentas digitais ao dispor dos seus clientes, através do upgrade das funcionalidades do espaço-cliente.
- Aumentar a visibilidade da marca Optimize, na sequência do trabalho realizado em anos anteriores.
- Continuar a ter fundos de investimento líderes em rentabilidade.

1.3 Contas 2023

RESULTADOS DO EXERCÍCIO

A Optimize Investment Partners, SGOIC, SA alcançou em 2023 um Produto Bancário de 2.476.150 €, e um resultado antes de impostos de 987.784 €. O resultado líquido do ano atingiu os 759.941 €.

Síntese da Demonstração dos Resultados a 31 de dezembro de 2023

	2023	2022
Juros e rendimentos similares	36.240 €	1.806 €
Juros e encargos similares	5.993 €	92 €
Margem Financeira	30.247 €	1.715 €
Rendimentos de serviços e comissões	3.208.643 €	2.861.022 €
Encargos com serviços e comissões	726.290 €	708.101 €
Resultados de ativos financeiros	0 €	803 €
Resultados de reavaliação cambial	-340 €	-124 €
Outros resultados de exploração	-36.110 €	95.808 €
Produto bancário	2.476.150 €	2.251.122 €
Custos com pessoal	953.882 €	856.870 €
Gastos gerais administrativos	509.751 €	528.095 €
Amortizações do exercício	24.733 €	20.604 €
Provisões líquidas de reposições e anulações	0 €	0 €
Resultado antes de impostos	987.784 €	845.553 €
Impostos Correntes	227.843 €	190.420 €
Impostos Diferidos	0 €	0 €
Resultado após impostos	759.941 €	655.133 €

O resultado antes de impostos do exercício foi impactado positivamente pela subida contínua dos Ativos sob Gestão, no seguimento da recuperação dos mercados de ações de obrigações e da captação líquida positiva de 15,9 milhões de euros. Do lado dos custos destaca-se o reforço dos recursos humanos e da estrutura funcional por forma a conseguir responder ao aumento da procura dos serviços da Optimize por parte dos atuais e de novos clientes.

Nos próximos anos, a Optimize pretende acelerar o crescimento do seu produto bancário e dos resultados, como consequência do aumento dos ativos sob gestão, tanto pela captação líquida, por via do reforço dos atuais clientes e da captação de novos clientes, como pelo efeito da valorização dos mercados financeiros nos diversos fundos de investimento.

Tesouraria em 31 de dezembro de 2023

A empresa dispunha no final de 2023 de uma tesouraria de 516.869 €.

TESOURARIA EM 31 DE DEZEMBRO

	2023	2022
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	18 €	18 €
Disponibilidades em outras instituições de crédito	116.851 €	1.006.469 €
Depósitos a prazo em outras instituições de crédito	400.000 €	500.000 €
Tesouraria Total	516.869 €	1.506.487 €

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício, de 759.940,93 €, seja aplicado da seguinte forma:

- 113.991,14 € (ou seja 15%) para Reserva Livre
- 645.949,79 € (ou seja 85%) para Dividendos

OUTRAS INFORMAÇÕES

Nos termos da Lei nº 110/2009, de 16 de setembro, informa-se que à data de 31 de dezembro de 2023 não existia qualquer dívida para com a Segurança Social.

Para o efeito dos Artigos 289º, 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais, ver o anexo ao presente Relatório.

PERSPETIVAS FUTURAS

Para 2024 espera-se a aceleração da atividade, com o crescimento dos Ativos sob Gestão e do número de clientes, pelo que a Sociedade irá continuar a reforçar os seus meios humanos e materiais para cumprir as metas de crescimento estabelecidas.

FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Após o termo do exercício de 31 de dezembro de 2023, e até à presente data, não ocorreu nenhum facto relevante que altere a situação patrimonial da Sociedade.

Face às perspetivas de crescimento e ao aumento consolidado do capital próprio, consideramos não existirem factos que coloquem em causa a continuidade das operações e a solidez financeira da Optimize Investment Partners.

Lisboa, 26 de março de 2024

Pela Administração

2 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Demonstração da Posição Financeira

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022, EM EUROS

		EUR	
	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Ativos			
		Valor líquido	
Caixa e saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	1	116.869	1.006.487
Dinheiro em caixa		18	18
Outros depósitos à ordem		116.851	1.006.469
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	2	1.091.995	81.490
Títulos de dívida		1.091.995	81.490
Ativos financeiros pelo custo amortizado		400.000	500.000
Aplicações em instituições de crédito		400.000	500.000
Ativos tangíveis	4	51.753	26.207
Ativos intangíveis	5	3.170	4.820
Ativos por impostos	3	103.254	101.688
Ativos por impostos correntes		100.466	98.899
Ativos por impostos diferidos		2.788	2.788
Outros ativos	6	541.589	622.871
Ativos Totais		2.308.629	2.343.562
EUR			
	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Passivos			
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	8	379.068	386.113
Outros passivos financeiros		379.068	386.113
Passivos por impostos	7	63.863	190.420
Passivos por impostos correntes		61.853	190.420
Passivos por impostos diferidos		2.010	0
Outros passivos	8	128.433	174.198
Passivos Totais		571.364	750.731
Capital Próprio			
Capital	9	450.772	450.772
Capital realizado		450.772	450.772
Instrumentos de capital próprio emitidos, exceto capital	9	126.037	126.037
Outros instrumentos de capital próprio emitidos		126.037	126.037
Reservas de reavaliação		-2.734	-9.604
Outras reservas		403.249	370.492
Resultados atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe		759.941	655.133
Capital Próprio Total		1.737.265	1.592.831
Capital Próprio Total e Passivos Totais		2.308.629	2.343.562

2.2 Demonstração dos Resultados

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022, EM EUROS

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
			EUR
Receitas de juros	10	36.240	1.806
(Despesas com juros)		5.993	92
Receitas de taxas e comissões	11	3.208.643	2.861.022
(Despesas de taxas e comissões)	12	726.290	708.101
Ganhos ou perdas (-) com ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral, valor líquido		0	803
Diferenças cambiais [ganhos ou perdas (-)], valor líquido		-340	-124
Outras receitas operacionais	13	35.193	162.208
(Outras despesas operacionais)	14	71.303	66.400
RECEITAS OPERACIONAIS TOTAIS, VALOR LÍQUIDO		2.476.150	2.251.122
(Despesas administrativas)		1.463.634	1.384.964
(Despesas de pessoal)	15	953.882	856.870
(Outras despesas administrativas)	16	509.751	528.095
(Depreciações)		24.733	20.604
(Ativos fixos tangíveis)	4	19.077	14.334
(Outros ativos intangíveis)	5	5.656	6.270
LUCROS OU PREJUÍZOS (-) DE UNIDADES OPERACIONAIS EM CONTINUAÇÃO ANTES DE IMPOSTOS		987.784	845.553
(Despesas ou receitas (-) com impostos relacionadas com os resultados de unidades operacionais em continuação)	19	227.843	190.420
LUCROS OU PREJUÍZOS (-) DE UNIDADES OPERACIONAIS EM CONTINUAÇÃO APÓS DEDUÇÃO DE IMPOSTOS		759.941	655.133
LUCROS OU PREJUÍZOS (-) DO EXERCÍCIO		759.941	655.133
Atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe		759.941	655.133

2.3 Demonstração de Rendimento Integral

DEMONSTRAÇÃO DE RENDIMENTO INTEGRAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022, EM EUROS

EUR

Rúbricas	31/12/2023	31/12/2022
Lucros ou prejuízos do exercício	759.941	655.133
Ganhos/Perdas líquidas em títulos disponíveis para venda	6.870	-11.413
Total do rendimento integral do período líquido de impostos	766.811	643.720

2.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 2023 E 2022, EM EUROS

	EUR	
	2023	2022
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Comissões recebidas	3.231.966	2.982.056
Pagamento de comissões	-181.494	-124.508
Pagamentos a empregados	-588.791	-578.474
Pagamentos a fornecedores	-798.685	-665.826
Pagamentos ao Estado e Seg. Social	-495.427	-580.649
Outros recebimentos relativos à atividade operacional	3.360.491	248.489
Outros pagamentos relativos à atividade operacional	-3.693.449	-500.767
Pagamentos e recebimentos de impostos sobre lucros	-165.990	-197.682
	668.621	582.639
Fluxos de caixa de atividades de investimento		
Recebimentos respeitando a:		
Venda de ativos financeiros	0	66.668
Venda de ativos tangíveis e intangíveis	0	62
Aplicações em instituições de crédito	1.175.000	0
Juros e proventos similares	20.883	1.806
Pagamentos respeitando a:		
Aquisição de ativos financeiros	-1.008.117	-93.881
Aquisição de ativos tangíveis e intangíveis	-48.629	-15.434
Aplicações em instituições de crédito	-1.075.000	0
Dividendos	-622.377	-689.019
	-1.558.240	-729.799
Variação líquida em caixa e seus equivalentes	-889.619	-147.160
Caixa e seus equivalentes no início de período	1.006.487	1.153.648
Caixa e seus equivalentes no fim de período	116.869	1.006.487

2.5 Demonstração de Alterações no Capital Próprio

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 2023 E 2022, EM EUROS

EUR

	Capital	Prémios de emissão	Outros Instrumentos de Capital	Reservas legais	Reservas livres	Reservas de reavaliação	Reservas por impostos diferidos	Acções próprias	Resultados transitados	Resultados do exercício	Capitais próprios
Saldos em 31/12/2021	450.772	0	126.037	276.225	17.710	1.809	0	0	0	765.577	1.638.130
Alterações no exercício											
Aplicação do resultado de 2021					76.558					-76.558	0
Redução de capital social											0
Efeito de valorização de títulos detidos 2022						-14.201					-14.201
Transferência dos resultados transitados para reservas livres											0
Impostos diferidos resultantes da valorização ao justo valor							2.788				2.788
Resultado Líquido										655.133	655.133
Operações com detentores de capital											
Distribuição de Dividendos										-689.019	-689.019
Saldos em 31/12/2022	450.772	0	126.037	276.225	94.268	-12.392	2.788	0	0	655.133	1.592.831
Alterações no exercício											
Aplicação do resultado de 2022					32.757					-32.757	0
Redução de capital social											0
Efeito de valorização de títulos detidos 2023							8.880				8.880
Transferência dos resultados transitados para reservas livres											0
Impostos diferidos resultantes da valorização ao justo valor							-2.010				-2.010
Resultado Líquido										759.941	759.941
Operações com detentores de capital											
Distribuição de Dividendos										-622.377	-622.377
Saldos em 31/12/2023	450.772	0	126.037	276.225	127.024	-3.512	778	0	0	759.941	1.737.265

| 3 ANEXOS

3.1 Anexo ao Relatório de Gestão

RELAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Conforme o estipulado no Art. 289º do Código das Sociedades Comerciais:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	Claire Moulard Teixeira
Secretário	Pedro Gonçalves Dias de Pinho

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	Pedro Miguel de Oliveira Lino
Administradores	Tiago da Silva Delfim de Matos Diogo Pereira dos Santos Teixeira José dos Santos Teixeira Nuno Ricardo Teixeira dos Santos

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Revisor Oficial de Conta	Mazars & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. representada por Pedro Miguel Pires de Jesus
Suplente do Revisor Oficial de Conta	Luís Filipe Soares Gaspar, ROC

CONSELHO FISCAL

Presidente	Vítor Fernando Cardoso Simões
Vogais	Pedro Filipe Ponte Pais Borges Ricardo Nepomuceno Ramirez
Suplente	Paula Cristina Pinto Pires de Jesus

INFORMAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SOCIAL DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Nos termos do Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, os membros dos Órgãos de Administração e fiscalização com participações no capital social da sociedade, através da Optimize Investimento SGPS S.A. são:

- Pedro Miguel de Oliveira Lino, através da Long Term SGPS SA: 41,59%
- Tiago da Silva Delfim de Matos: 2,00%
- Nuno Ricardo Teixeira dos Santos: 1,29%

INFORMAÇÃO SOBRE AS PARTICIPAÇÕES DE ACIONISTAS NO CAPITAL DA SOCIEDADE

Em 31 de dezembro de 2023, nos termos do Artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais, a estrutura acionista da sociedade é a seguinte:

Acionista	Ações	% do Capital
Optimize Investimento, SGPS, SA	153.847	100%
	153.847	100%

INFORMAÇÃO SOBRE A POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

Como detalhado na Política de Remunerações da Sociedade:

1. Na definição da política de remuneração foi utilizado um processo em duas fases, a primeira consistindo na formulação de uma proposta por parte do Conselho de Administração, contando com o Parecer positivo do Conselho Fiscal e a segunda consistindo na sua validação pela Assembleia Geral. Tendo em conta a dimensão da instituição, não foram utilizados consultores externos.
2. A componente variável da remuneração dos colaboradores abrangidos pela Política de Remunerações é composta dos seguintes elementos:
 - Responsáveis pela função de Controlo de Riscos, Controlo de Cumprimento, responsáveis pelas áreas de gestão de investimentos, administrativa, marketing e recursos humanos, outros tomadores de risco e colaboradores que auferiram remunerações elevadas e cujas atividades profissionais tenham um impacto significativo no perfil de risco: A remuneração dos colaboradores mencionados compreende uma componente fixa, podendo conter uma componente variável definida casuisticamente.
 - Administradores não executivos: não são remunerados
 - Administradores executivos: compreende uma componente fixa, podendo conter uma componente variável definida casuisticamente
 - Conselho Fiscal: exclusivamente remuneração fixa

Informamos ainda que:

1. Os órgãos competentes para realizar a avaliação do desempenho individual são:
 - Para os Colaboradores: os Administradores Executivos
 - Para os Administradores: a Assembleia Geral
2. Não existe avaliação de desempenho individual em que se baseie o direito a uma componente variável da remuneração.

3.2 Anexo às Demonstrações Financeiras

(Valores expressos em euros)

NOTA INTRODUTÓRIA

A Optimize Investment Partners, SGOIC, SA foi constituída em 29 de Abril de 2008, e autorizada em 3 de Setembro pela CMVM para as atividades de gestão de fundos de investimento mobiliário e de gestão discricionária de carteiras, com o número de registo 327. Posteriormente, a Optimize foi autorizada para as atividades acessórias de registo e depósito de instrumentos financeiros e receção e transmissão de ordens por conta de outrem.

BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos registos contabilísticos nos seguintes pressupostos:

a) Pressupostos de continuidade

No âmbito do pressuposto de continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade em prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições em prosseguir, presumindo-se a sua continuidade.

Assim as demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos.

b) Regime do acréscimo

A entidade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

c) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis há mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os impostos diferidos e as provisões são classificados como ativos e passivos não correntes.

d) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos na demonstração da posição financeira, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

e) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

f) Materialidade e agregação

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face da demonstração da posição financeira, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações no capital próprio e na demonstração dos fluxos de caixa ou no anexo.

g) Consistência de apresentação

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro.

h) Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido pela IFRS, conforme definido na IAS 1. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedido pela Entidade.

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

i) Eventos subsequentes

Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data da demonstração da posição financeira, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram utilizadas estimativas que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Conselho de Administração foram feitas com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso.

O Conselho de Administração da entidade entende que as demonstrações separadas anexas e as notas que se seguem asseguram uma adequada apresentação da informação financeira individual.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o que compreende (i) o seu preço de compra, (ii) quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, (iii) sempre que aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado.

Após o reconhecimento inicial, os ativos fixos tangíveis são registados pelo custo menos qualquer depreciação acumulada subsequente e perdas por imparidade acumuladas subsequentes.

Os custos subsequentes são incluídos no custo de aquisição do ativo fixo ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a entidade e o respetivo custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que ocorrem.

Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto no período em que incorrem.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. A quantia depreciável de um ativo é determinada após dedução do seu valor residual, sempre que este não é considerado imaterial.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

- Edifícios e outras construções: 1 a 15 anos;
- Equipamento básico: 1 a 10 anos;
- Equipamento de transporte: 4 anos;
- Equipamento administrativo: 1 a 20 anos;
- Outros ativos fixos tangíveis: 1 a 10 anos.

Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis, com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo consiste no maior entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por Imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia

que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda não tivesse sido registada.

Os ativos fixos tangíveis em curso referem-se a ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pelo órgão de gestão.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda (valor de realização) e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam, identificáveis, controláveis e mensuráveis com fiabilidade.

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, sendo os dispêndios com atividades de pesquisa reconhecidos como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações dos ativos intangíveis com vida útil definida são calculadas de acordo com o método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito de qualquer alteração a estas estimativas reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

- Projetos de desenvolvimento: 1 a 3 anos;
- Programas de computador: 3 a 4 anos;
- Propriedade industrial: 3 a 20 anos.

Os ativos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida não são amortizados, sendo sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, ou então sempre que haja uma indicação de que o intangível possa estar em imparidade.

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos intangíveis com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo consiste no maior entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por Imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização

registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda não tivesse sido registada.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do ativo fixo intangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda (valor de realização) e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

No caso de existirem despesas relativas a investimentos intangíveis não concluídos, estas são registadas em Ativos Intangíveis em Curso, ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade.

Imparidade de ativos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos.

A quantia recuperável do ativo é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzindo dos custos diretamente atribuíveis à alienação.

O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil.

A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são reconhecidos na data da sua negociação (isto é, a data em que a entidade se compromete a adquirir ou alienar o ativo) pelo custo amortizado, pelo justo valor através outro rendimento integral ou pelo justo valor através dos resultados com base:

- No modelo de negócio da entidade para gerir os ativos financeiros e
- Nas características contratuais em termos de fluxos de caixa do ativo financeiro.

Os ativos financeiros são classificados de acordo com o objetivo inerente à sua aquisição, numa das seguintes categorias:

a) Ativos financeiros ao custo amortizado – os ativos financeiros que apresentem as seguintes características:

- O ativo financeiro é detido no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo consiste em deter ativos financeiros a fim de recolher fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas definidas, a fluxos de caixa que são apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre o capital em dívida;

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos financeiros:

a.1) Clientes e outros créditos a receber

As contas de “Clientes” e todas as outras rubricas de créditos a receber são mensuradas ao custo ou ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade, que a existirem são reconhecidas nos resultados, para que se possa refletir o seu valor realizável líquido.

a.2) Caixa e depósitos bancários

O caixa compreende o dinheiro em caixa em depósitos à ordem.

Equivalentes de caixa consistem em investimentos a curto prazo prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu custo.

a.3) Empréstimos concedidos e contas a receber - ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis que não estão cotados num mercado ativo. Estes ativos são mensurados inicialmente pelos seus justos valores acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição e são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado através do método do juro efetivo.

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros são reconhecidos nas rubricas de resultados financeiros utilizando o método da taxa efetiva.

b) Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral se forem satisfeitas ambas as seguintes condições:

- O ativo financeiro é detido no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo seja alcançado através da recolha de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros; e,
- Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas definidas, a fluxos de caixa que são apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre o capital em dívida.

c) Ativos financeiros pelo justo valor através dos resultados

Um ativo financeiro é mensurado pelo justo valor através dos resultados, exceto se for mensurado pelo custo amortizado ou pelo justo valor através de outro rendimento integral. No entanto, uma entidade pode optar irrevogavelmente, no reconhecimento

inicial de determinados investimentos em instrumentos de capital próprio que, de outra forma, seriam mensurados pelo justo valor através dos resultados, por apresentar as alterações subsequentes no justo valor através de outro rendimento integral.

A entidade classifica todos os passivos financeiros como subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, com exceção de:

- a. Passivos financeiros pelo justo valor através dos resultados. Esses passivos, incluindo os derivados que sejam passivos, são subsequentemente mensurados pelo justo valor.
- b. Passivos financeiros que surjam quando uma transferência de um ativo financeiro não satisfaz as condições para o desreconhecimento ou quando se aplica a abordagem do envolvimento continuado.
- c. Contratos de garantia financeira. Após o reconhecimento inicial, são mensurados subsequentemente pelo mais alto dos seguintes valores:
 - A quantia da provisão para perdas e
 - A quantia inicialmente reconhecida deduzida, quando apropriado, da quantia acumulada de rendimento reconhecida em conformidade com os princípios da IFRS 15.
- d. Os compromissos de concessão de um empréstimo a uma taxa de juro inferior à do mercado. O emitente desse compromisso mensura-o subsequentemente pelo mais alto dos seguintes valores:
 - A quantia da provisão para perdas e
 - A quantia inicialmente reconhecida deduzida, quando apropriado, da quantia acumulada de rendimento reconhecida em conformidade com os princípios da IFRS 15.
- e. A retribuição contingente reconhecida por um adquirente numa concentração de atividades empresariais à qual se aplica a IFRS 3. Essa retribuição contingente é subsequentemente mensurada pelo justo valor, com alterações reconhecidas nos resultados.

Nesta categoria de passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado incluem-se, consequentemente, os seguintes passivos financeiros:

e.1) Fornecedores e Outras dívidas a pagar

As dívidas a fornecedores e outras dívidas a pagar, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

e.2) Financiamentos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal contratado líquido dos custos de transação incorridos e são considerados correntes sempre e quando a sua exigibilidade se verifique no prazo de um ano a contar da data da demonstração financeira.

Os financiamentos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração de resultados e do outro rendimento integral ao longo do período de empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como um gasto do período em que incorram, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os custos de empréstimos obtidos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica como parte do custo desse ativo são objeto de capitalização. Os outros custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que sejam incorridos.

A capitalização destes custos inicia no momento em que os dispêndios começam a ser incorridos com o ativo e prolongam-se até à conclusão das atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou para a sua venda. Quando as atividades

necessárias à preparação do ativo são interrompidas, a sua capitalização é suspensa. Se existir um rendimento gerado por um empréstimo obtido antecipadamente, esse rendimento é deduzido aos encargos financeiros capitalizáveis.

Imparidade de ativos financeiros e sua reversão

A entidade reconhece uma provisão para perdas de crédito previstas relativamente a um ativo financeiro que é mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, uma conta a receber de locação, um ativo resultante de um contrato ou um compromisso de concessão de empréstimo e um contrato de garantia financeira a que se aplicam os requisitos em matéria de imparidade.

A entidade aplica os requisitos em matéria de imparidade para o reconhecimento e a mensuração de uma provisão para perdas relativamente a ativos financeiros que são mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral. No entanto, a provisão para perdas é reconhecida em outro rendimento integral e não reduz a quantia escriturada do ativo financeiro na demonstração da posição financeira.

Em cada data de relato, uma entidade mensura a provisão para perdas relativamente a um instrumento financeiro por uma quantia igual às perdas de crédito esperadas ao longo da respetiva duração se o risco de crédito associado a esse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

O objetivo dos requisitos em matéria de imparidade consiste em reconhecer as perdas de crédito esperadas ao longo da respetiva duração relativamente a todos os instrumentos financeiros que tenham sido objeto de aumentos significativos do risco de crédito desde o reconhecimento inicial — avaliado numa base individual ou coletiva — tendo em conta todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo as prospetivas.

Se, à data de relato, o risco de crédito associado a um instrumento financeiro não tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, a entidade mensura a provisão para perdas relativa a esse instrumento financeiro por uma quantia equivalente às perdas de crédito esperadas num prazo de 12 meses.

A entidade reconhece nos seus resultados, como um ganho ou uma perda por imparidade, a quantia das perdas de crédito (ou reversões) esperadas que é necessária para que a provisão para perdas à data de relato corresponda à quantia que deve ser reconhecida.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

São desreconhecidos ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais são retidos alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido. Os passivos financeiros são desreconhecidos apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Capital

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções serão apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido. As ações próprias já adquiridas ou a adquirir são reconhecidas no capital próprio, em rubrica própria e registadas ao custo de aquisição, se a compra for efetuada à vista, ou ao justo valor estimado se a compra for diferida.

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais, quando detenha ações próprias, a entidade terá de garantir, a cada momento, a existência de reservas no Capital Próprio suficientes para cobertura do valor das ações próprias, limitando o valor das reservas disponíveis para distribuição.

As distribuições aos detentores dos instrumentos de capital próprio apenas são reconhecidas como um passivo e debitadas diretamente no capital próprio da entidade, no exercício em que essas distribuições são aprovadas pelos acionistas.

Outros instrumentos de capital próprio

Um instrumento financeiro é classificado como sendo um instrumento de capital próprio, quando o mesmo evidencia um interesse residual nos ativos de uma entidade após dedução de todos os seus passivos. Os custos diretamente atribuíveis à constituição/emissão de instrumentos de capital próprio são registados como uma dedução ao valor da mesma.

Os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contractual independentemente da forma legal que assumem.

Ativos e Passivos Contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos, objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

Diferimentos

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequado o seu integral reconhecimento nos resultados do período em que ocorreram, mas que devem ser reconhecidos nos resultados de períodos futuros.

Rédito e especialização de exercícios

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregos classificam-se em: a) benefícios de curto prazo; e b) benefícios de cessação.

a) Benefícios de curto-prazo

Os benefícios de curto prazo incluem salários, ordenados, contribuições para a Segurança Social, licença por doença, participação nos lucros e gratificações (pagos dentro dos 12 meses) e benefícios não monetários (cuidados médicos, alojamento, automóveis e bens ou serviços gratuitos).

O gasto relativo a participações nos lucros e/ou gratificações é relevado dentro do período em que o trabalhador prestou o seu contributo (desde que exista uma

obrigação presente, legal/constitutiva e que a mesma possa ser mensurada com fiabilidade).

b) Benefícios de cessação

Resultam de benefícios pagos em consequência da decisão da Entidade cessar o emprego de um empregado antes da data normal de reforma, ou da decisão de um empregado de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios.

Imposto sobre o Rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício inclui o imposto corrente e o imposto diferido, de acordo com a IAS 12. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, nestes casos os impostos diferidos são igualmente registados nas respetivas rubricas do capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros períodos, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

A entidade é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de geral de 21% sobre a matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88.º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando se tenham verificado prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais dos anos de 2019 a 2022 ainda poderão estar sujeitas a revisão, embora a mesma considere que não é previsível qualquer liquidação adicional com efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Os impostos diferidos são reconhecidos com base no método da responsabilidade de balanço e referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente aprovadas na data de relato.

Um ativo por impostos diferidos é reconhecido para todas as diferenças temporárias e reportes fiscais dedutíveis até ao ponto em que seja provável que exista um lucro tributável ao qual a diferença temporária dedutível possa ser usada, a não ser que o ativo por impostos diferidos resulte do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração de atividades empresariais e, no momento da transação, não afete o lucro contabilístico nem o lucro tributável.

Um passivo por impostos diferidos é reconhecido para todas as diferenças temporárias tributáveis exceto quando esse imposto diferido resultar de reconhecimento inicial do goodwill ou reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração de atividades empresariais e não afete, no momento dessa transação, nem o lucro contabilístico nem o lucro tributável. Em cada data de relato é

efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

O montante de imposto diferido que resulte de transações ou eventos reconhecidos em contas de capital próprio, é registado diretamente nessas mesmas rubricas, não afetando os lucros e prejuízos do exercício.

Transações e saldos em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras da Entidade são apresentadas em euros, sendo o euro a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Entidade) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao justo valor denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio das datas em que os respetivos justos valores foram determinados. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são atualizadas.

As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são atualizadas.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos ou recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data da demonstração da posição financeira dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração dos resultados em função da sua natureza (operacional, investimento e financiamento) no período em que são geradas.

ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício de 2023 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

A introdução em termos de normativo contabilístico das Normas Internacionais de Contabilidade não implicaram alterações de políticas contabilísticas.

NOTA 1 - CAIXA E SALDOS DE CAIXA EM BANCOS CENTRAIS E OUTROS DEPÓSITOS À ORDEM

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2023	2022
Depósitos à Ordem	116.851	1.006.469
Banque de Luxembourg	360	36.816
Andbank Luxembourg	330	180
Banco de Investimento Global	14.294	908.190
Banco de Investimento Global - Conta Research	5.042	4.667
Millennium BCP	96.824	56.616
Dinheiro em caixa	18	18
Total	116.869	1.006.487

NOTA 2 - ATIVOS FINANCEIROS CONTABILIZADOS PELO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	Saldo a 31.12.2022	Ativos adquiridos	Ativos alienados	Registo em reservas decorrentes da valorização	Resultados de vendas	Amortização do ativo	Justo valor a 31.12.2023
OT PGB 2.125% 10/17/28	81.490	0	0	2.797	0	0	84.286
OT 2.875% 10/15/25	0	301.560	0	438	0	0	301.998
R ITALIA 3.4% 03/28/25	0	549.210	0	2.391	0	0	551.601
R ITALIA 3.85% 09/15/26	0	150.855	0	3.255	0	0	154.110
	81.490	1.001.625	0	8.880	0	0	1.091.995

O título OT PGB 2.125% 10/17/28 é uma obrigação do Tesouro Português com juro fixo de 2,125% e vencimento a 17 de outubro de 2028, dado em penhor a favor ao Sistema de Indemnização aos Investidores (SII).

O título OT 2.875% 10/15/25 é uma obrigação do Tesouro Português com juro fixo de 2,875% e vencimento a 15 de outubro de 2025.

O título R ITALIA 3.4% 03/28/25 é uma obrigação italiana com juro fixo de 3,4% e vencimento a 28 de março de 2025.

O título R ITALIA 3.85% 09/15/26 é uma obrigação italiana com juro fixo de 3,85% e vencimento a 15 de setembro de 2026.

NOTA 3 - ATIVOS POR IMPOSTOS

	2023	2022
Ativos por impostos	103.254	101.688
Ativos por impostos correntes	100.466	98.899
Outras Contas de Regularização - IVA	100.466	98.899
Ativos por impostos diferidos	2.788	2.788

NOTA 4 - ATIVOS TANGÍVEIS

Os outros ativos tangíveis da sociedade são representados pelas seguintes rubricas:

Ativo tangível	Saldo Inicial	Reavaliação Ajustamentos	Aumentos	Alienação	Transferências e Abates	Saldo Final
Obras em imóveis arrendados	21.045	0	0	0	0	21.045
Mobiliário e material	57.869	0	0	0	0	57.869
Outras máquinas administrativas	1.793	0	0	0	0	1.793
Equipamento informático	100.006	0	41.767	0	0	141.773
Instalações interiores	3.482	0	0	0	0	3.482
Outros ativos tangíveis	15.479	0	2.856	0	0	18.335
Total Bruto	199.674	0	44.623	0	0	244.298
Obras em imóveis arrendados	21.045	0	0	0	0	21.045
Mobiliário e material	48.869	0	2.276	0	0	51.145
Outras máquinas administrativas	1.582	0	120	0	0	1.702
Equipamento informático	86.195	0	15.017	0	0	101.212
Instalações interiores	3.482	0	0	0	0	3.482
Outros ativos tangíveis	12.294	0	1.664	0	0	13.958
Total amortizações	173.468	0	19.077	0	0	192.544
Total Líquido	26.207	0	25.547	0	0	51.753

NOTA 5 - ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis da sociedade são representados pelas seguintes rubricas:

Ativo intangível	Saldo Inicial	Reavaliação Ajustamentos	Aumentos	Alienação	Transferências e Abates	Saldo Final
Software	107.140	0	4.006	0	0	111.146
Total Bruto	107.140	0	4.006	0	0	111.146
Software	102.320	0	5.656	0	0	107.976
Total amortizações	102.320	0	5.656	0	0	107.976
Total Líquido	4.820	0	-1.650	0	0	3.170

Rúbricas	Saldo inicial	Aumentos	Transferências e Abates	Amortizações	Valor Líquido	Taxa Amortização
Software	107.140	4.006	-	107.976	3.170	33,33%

NOTA 6 - OUTROS ATIVOS

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2023	2022
Outros ativos	541.589	622.871
Setor público administrativo	10.631	4.684
IRC - Ret. Fonte - juros bancários	3.164	0
Retenções IRS clientes	7.467	4.684
Devedores diversos	35.091	213.089
SONAGI - Caução renda escritório	7.744	7.744
CTT conta corrente	142	850
Honorários Luxemburgo	2.500	2.500
Real Vida Pensões-Soc. G. Fundos Pensões,SA	353	337
Fundos de Compensação do Trabalho	7.222	8.497
Optimize - Mediação de Seguros	208	208
Empresas do grupo	6.388	197.613
Outros devedores	10.535	-4.659
Devedores diversos - Fundos	215.715	175.389
Optimize Capital Reforma PPR Equilibrado	23.980	21.715
Optimize Capital Reforma PPR Ativo	63.542	55.485
Optimize Capital Reforma PPR Moderado	27.938	23.970
Optimize Capital Reforma PPR Agressivo	37.567	24.611
Optimize Investimento Activo	0	-243
Optimize Europa Valor	0	-256
Optimize Capital Pensões Acções	3.911	3.524
Optimize Capital Pensões Equilibrado	3.030	3.070
Optimize Capital Pensões Moderado	1.857	1.780
Fundo de Pensões Aberto Real Reforma Garantida	29	41
Optimize Selecção Base	20.550	22.033
Optimize Selecção Agressiva	8.517	8.524
Optimize Selecção Defensiva	2.297	2.594
Optimize Disruption Fund	3.074	2.205
Optimize LFO Rise US Equities	935	709
Optimize LFO PPR/OICVM Leopardo	2.474	2.040
Optimize Portugal Golden Opportunities Fund	16.015	3.588
Clientes Gestão Privada	219.574	184.330
Comissão Fixa	10.136	7.430
Comissão de Performance	15.412	0
La Baloise Vie Luxembourg, SA	41.451	40.940
Andbank Asset Management Luxembourg, SA	152.576	135.961
Clientes Fundos	17.736	14.286
Comissão de Registo e Depósito de UP	17.616	14.286
Comissão de Subscrição	120	0
Despesas com Encargos Diferidos	29.078	31.011
Seguros	3.971	5.375
Outras Rendas	3.368	3.302
Outras	21.739	22.334
Rendimentos a receber	13.763	83

NOTA 7 - PASSIVOS POR IMPOSTOS

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2023	2022
Passivos por impostos	63.863	190.420
Passivos por impostos correntes	61.853	190.420
Estimativa IRC - Imposto a Pagar	61.853	190.420
Passivos por impostos diferidos	2.010	0

NOTA 8 - OUTROS PASSIVOS

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2023	2022
Outros passivos	507.501	560.311
Credores - Setor público administrativo	38.173	34.286
Retenção de impostos na fonte	24.340	20.762
Contribuições para a segurança social	13.833	13.524
Credores por fornecimento de bens	96.140	73.779
Outros Credores	244.754	278.047
Angariadores	0	19.114
Empresas do grupo	0	0
Despesas colaboradores	65	664
Clientes - Ofertas e Promoções	244.689	258.269
Outros Credores	0	0
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	379.068	386.113
Encargos a pagar	128.433	174.198
Remunerações dos órgãos de gestão e de fiscalização	11.200	11.200
Remunerações de empregados	80.708	72.889
Encargos sociais	17.095	15.728
Outros encargos a pagar	19.430	74.381
Outras Contas de Regularização - IVA	0	0
Outros passivos	128.433	174.198

O saldo de 244.689€ de Clientes – Ofertas e Promoções, correspondente a ofertas a pagar no início de cada ano aos clientes e foi liquidado em janeiro de 2024.

NOTA 9 - CAPITAL

O capital social é constituído por 153.847 ações ordinárias nominativas com valor nominal de 2,93 euros cada, perfazendo assim um capital de 450.771,71 euros totalmente realizado em dinheiro.

O valor de 126.037,29 euros de Outros Instrumentos de Capital corresponde ao montante de prestações suplementares constituído durante o processo de redução de capital ocorrido em 2012. O reembolso destas prestações suplementares está sujeito à autorização prévia por parte da CMVM.

Salienta-se ainda o valor dos fundos próprios da Optimize a 31/12/2023, no montante de 976.888,45 euros, é bastante superior ao requisito mínimo de fundos próprios de 365.052,72 euros.

FORMA COMO SE REALIZOU O CAPITAL SOCIAL

O capital social inicial de 450.771,71 euros foi realizado em dinheiro.

NÚMERO DE AÇÕES DE CADA CATEGORIA EM QUE SE DIVIDE O CAPITAL DA EMPRESA E O SEU VALOR NOMINAL

O capital social da empresa no valor de 450.771,71 euros está representado por 153.847 ações ordinárias nominativas com valor nominal de 2,93 euros cada.

PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SUBSCRITO DE CADA UMA DAS PESSOAS COLETIVAS QUE NELE DETENHAM PELO MENOS 20%

A sociedade Optimize Investimento, SGPS, SA, contribuinte 508.059.534, com sede em Lisboa, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº21 4º, detém 153.847 ações do capital da Optimize Investment Partners, SGOIC, SA, o que corresponde uma participação de 100%.

NOTA 10 - RECEITAS DE JUROS

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2023	2022
Juros e rendimentos similares e juros e encargos similares	30.247	1.715
Juros e rendimentos similares	36.240	1.806
Juros de disponibilidades em Instituições Financeiras	1.752	0
Juros de ativos financeiros disponíveis para venda	0	1.806
Outros juros e rendimentos similares	34.487	0
Outros juros e encargos similares	5.993	92

NOTA 11 - RECEITAS DE TAXAS E COMISSÕES

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2023	2022
Rendimentos de serviços e comissões	3.208.643	2.861.022
Comissão de gestão de fundos de investimento	2.130.708	1.881.932
Comissões de gestão de discricionária	1.077.935	979.090
Comissão Fixa	821.260	800.820
Comissão Performance	15.260	0
Comissão de Registo e Depósito de UP	169.541	178.271
Comissão de Subscrição	71.873	0

As receitas da Optimize Investment Partners são provenientes essencialmente das suas atividades principais, a gestão de fundos de investimento mobiliário (2.130.708€) e a gestão de carteiras por conta de outrem (1.077.935€), onde são geridas carteiras de fundos de pensões, de apólices de seguros de vida em fundo dedicado, da Optimize IP SICAV, sediada no Luxemburgo, e de portfólios de clientes finais.

NOTA 12 - DESPESAS DE TAXAS E COMISSÕES

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2023	2022
Encargos com serviços e comissões	726.290	708.101
Honorários angariadores	388.175	284.818
Ofertas e promoções a clientes	338.115	423.284

O valor de 388.175€ (honorários de angariadores) corresponde à remuneração paga pela Optimize referente a comissões de comercialização e a pagamento por clientes angariados pelo seu agente vinculado, ou apresentados por *introducers*, e de protocolos com outras entidades.

As ofertas e promoções a clientes correspondem a bónus na subscrição oferecidos pela Optimize Investment Partners no âmbito de protocolos e de campanhas promocionais, bem como a prémios de fidelização, também proporcionados no âmbito de protocolos.

NOTA 13 - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2023	2022
Outros rendimentos e receitas operacionais	35.193	162.208
Reembolso de despesas	31.868	61.963
Correcções relativas a exercícios anteriores	3.325	8.300
Outros	0	91.946

A rubrica de reembolsos de despesas corresponde aos pagamentos efetuados pela Optimize em nome dos fundos de investimento mobiliário por si geridos, e que são posteriormente reembolsadas. Na rubrica outros está a ser considerada a regularização do valor associado à dedução do imposto sobre valor acrescentado.

NOTA 14 - OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2023	2022
Outros resultados de exploração	-36.110	95.808
Outros encargos e gastos operacionais	-67.436	-62.533
Taxa mensal CMVM	-40.000	-37.789
Sistema de Indemnização aos Investidores	-5.000	-5.000
Outros	0	-1.883
Renda de locação operacional	0	0
Comissão Autoridade da Concorrência	0	-1.883
Quotizações e donativos	-15.092	-13.447
Outros	-7.344	-4.414
Outras comissões pagas por serviços bancários prestados por terceiros	-3.867	-3.867
Outras despesas operacionais	-71.303	-66.400

NOTA 15 - DESPESAS COM PESSOAL

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2023	2022
Despesas com pessoal	953.882	856.870
Remuneração com os órgãos de gestão e fiscalização	136.326	126.858
Remuneração de empregados	646.629	589.253
Encargos sociais obrigatórios	123.541	115.011
Outros custos com pessoal	47.386	25.747

VOLUME DE EMPREGO

O número médio de pessoas ao serviço desta empresa neste exercício foi de 20.

NOTA 16 – OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2023	2022
Outras Despesas Administrativas	509.751	528.095
Gastos gerais com fornecimentos	36.971	30.566
Água, energia e combustíveis	4.585	11.679
Material de consumo corrente	28.974	16.955
Outros fornecimentos de terceiros	3.411	1.932
Gastos gerais com Serviços	472.781	497.529
Rendas e alugueres	57.881	54.845
Comunicações	21.701	20.726
Deslocações estadas e representação	28.624	19.232
Publicidade	106.654	116.150
Conservação e reparação	8.975	8.414
Formação de pessoal	9.814	3.638
Seguros	3.101	3.216
Serviços especializados	235.898	271.300
Outras Avenças	61.731	78.467
Judiciais, contencioso, notariado e outros honorários	1.376	1.581
Informática	80.407	71.241
Segurança e vigilância	56	94
Informações	50.319	57.843
Auditoria	7.840	8.163
Serviços Consultoria e Apoio	34.169	53.912
Limpeza	0	0
Outros serviços	132	6

NOTA 17 - VALORES EXTRAPATRIMONIAIS

	2023	2022
Valores extra-patrimoniais	248.269.044	206.419.090
Compromissos perante terceiros	11.937	73.460
Sistema de Indemnização aos Investidores	11.937	73.460
Valores administrados pela instituição	248.257.108	206.345.630
Gestão de Carteiras	85.396.344	73.459.606
Fundos de Investimento geridos	162.860.764	132.886.024

Salienta-se que o valor dos ativos administrados pela Instituição em Gestão de Carteiras inclui os valores detidos em unidades de participação de fundos geridos pela Optimize Investment Partners através de uma conta de gestão por conta de outrem.

Nos reportes da Instituição relativos aos ativos sob gestão, apresentados nomeadamente no Relatório de Gestão do presente documento, esses valores são ignorados, porque são neutros em termos de ativos realmente geridos.

NOTA 18 - SALDOS COM ENTIDADES RELACIONADAS

EUR

Entidade Relacionada	Optimize Mediação de Seguros	Optimize Investimento SGPS
Saldo Final a 31 de Dezembro de 2021	-15.023	0
Saldo Final a 31 de Dezembro de 2022	-8.328	0
Saldo Final a 31 de Dezembro de 2023	-24.545	6.388

O saldo final a 31 de dezembro de 2023 entre a Optimize Investment Partners e a Optimize Mediação de Seguros corresponde a comissões de distribuição pelo valor de 24.753 € e faturação de salários pelo valor de 208€.

NOTA 19 - DESPESAS OU RECEITAS COM IMPOSTOS RELACIONADAS COM OS RESULTADOS DE UNIDADES OPERACIONAIS EM CONTINUAÇÃO

A taxa efetiva de 23,1% em 2023, reflete a aplicação do IRC, Derrama e Tributação autónoma.

EUR

	2023	2022
Resultado antes de Imposto	987.784	845.553
Variações patrimoniais não refletidas no resultado líquido	0	-9.604
Despesas não dedutíveis	4.304	674
Despesas a deduzir	-5.175	-4.608
Resultado tributável	986.913	832.016
Prejuízos fiscais deduzidos	0	0
Matéria coletável total	986.913	832.016
Outros impostos incidentes sobre lucros	207.252	173.972
Derrama	14.804	12.427
Tributação Autónoma	5.787	4.022
Carga fiscal total	227.843	190.420
Taxa Efetiva	23,1%	22,5%

Considerou-se ainda as seguintes despesas não dedutíveis:

Despesas não dedutíveis	2023	2022
Multas, coimas, juros compens. e demais enc. pela prática de infrações	0	283
Encargos não devidamente documentados	63	0
Correcções relativas a exercícios anteriores	3.436	391
Outros	805	0
	4.304	674

Despesas a deduzir	2023	2022
Outros	5.175	4.608
	5.175	4.608

NOTA 20 - RISCOS DA SOCIEDADE

Risco de crédito:

	2023	2022
Risco de crédito	615.598,93	1.598.247,12
Disponibilidades em outras instituições de crédito	116.851	1.006.469
Estado e outras entidades publicas	10.631	4.684
Fundos de investimento	215.715	175.389
Clientes	237.310	198.616
Outros devedores	35.091	213.089

Ativos financeiros disponíveis para venda:

	2023	2022
Ativos financeiros disponíveis para venda		
OT PGB 2.125% 10/17/28	84.286	81.490
OT 2.875% 10/15/25	301.998	0
R ITALIA 3.4% 03/28/25	551.601	0
R ITALIA 3.85% 09/15/26	154.110	0

Não existe risco cambial para a sociedade em 31 de dezembro de 2023, dado a sociedade não ter saldos em divisas estrangeiras. Os ganhos e perdas cambiais do exercício são apenas inerentes às diferenças de câmbios no pagamento de faturas em divisas estrangeiras (Bloomberg, USD).

Não é considerada a existência de um risco de liquidez e de um risco operacional para a sociedade em 31 de dezembro de 2023.

NOVAS NORMAS, INTERPRETAÇÕES E ALTERAÇÕES, COM DATA DE ENTRADA EM VIGOR A PARTIR 01 DE JANEIRO DE 2023

IAS 1 – Divulgação de políticas contabilísticas

Alteração aos requisitos de divulgação de políticas contabilísticas que passam a ser baseadas na definição de “materiais”, em detrimento de “significativas”.

A informação relativa a uma política contabilística considera-se material caso, na ausência da mesma, os utilizadores das demonstrações financeiras não tenham a capacidade de compreender outras informações financeiras incluídas nessas mesmas demonstrações financeiras.

As informações imateriais relativas a políticas contabilísticas não precisam de ser divulgadas.

O IFRS Practice Statement 2 foi também alterado para clarificar como se aplica o conceito de “material” à divulgação de políticas contabilísticas.

Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (UE) N.º 2022/357, de 2 de março. Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023.

IAS 8 – Políticas contabilísticas

Introdução da definição de estimativa contabilística e a forma como esta se distingue das alterações de políticas contabilísticas.

As estimativas contabilísticas passam a ser definidas como valores monetários sujeitos a incerteza na sua mensuração, utilizadas para concretizar o(s) objetivo(s) de uma política contabilística.

Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (UE) N.º 2022/357, de 2 de março. Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023.

IAS 12 – Imposto diferido relacionado com os ativos e passivos associados a uma única transação

A IAS 12 passa a exigir que as entidades registem imposto diferido sobre determinadas transações específicas, quando o seu reconhecimento inicial simultâneo dê origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis.

As transações sujeitas referem-se ao registo de: i) ativos sob direito de uso e passivos de locação; e ii) provisões para desmantelamento, restauro ou passivos semelhantes com os correspondentes valores reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado, quando na data do reconhecimento inicial, não relevem para efeitos fiscais.

Assim, estas diferenças temporárias são excluídas do âmbito da isenção de registo de impostos diferidos no reconhecimento inicial de ativos ou passivos.

O efeito acumulado da aplicação inicial desta alteração

é reconhecido como um ajustamento ao saldo de abertura dos resultados transitados (ou outro componente do capital próprio) do período comparativo mais antigo apresentado.

Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (UE) N.º 2022/1392, de 11 de agosto. Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023.

IFRS 17 - Contratos de Seguro

A IFRS 17 substitui a IFRS 4 – “Contratos de seguro”, a norma que vigora de forma interina desde 2004. A IFRS 17 é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária nos resultados se também forem emitentes de contratos de seguro. A IFRS 17 não se aplica aos tomadores de seguro.

A principal diferença entre as duas normas é que a IFRS 17 tem como principal objetivo padronizar e tornar de forma consistente para todos os aspetos da contabilidade dos contratos de seguro, removendo a diversidade da contabilização de seguros para as empresas que têm vindo a aplicar as IFRSs. Isto permite aos investidores, analistas e outros stakeholders a possibilidade de comparação entre as empresas, contratos e indústrias.

Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (UE) N.º 2021/2036, de 19 de novembro. Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 17 - Contratos de Seguro

Esta alteração aplica-se somente às entidades com atividade seguradora, na aplicação inicial da IFRS 17, permitindo a adoção de um overlay na classificação de um ativo financeiro para o qual a seguradora não efetua a aplicação retrospectiva, no âmbito da IFRS 9.

Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (UE) N.º 2021/2036, de 19 de novembro. Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023.

O Contabilista Certificado

A Administração

4 CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Certificação legal das contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Optimize Investment Partners – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (a Entidade), que compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 2 308 629 euros e um total de capital próprio de 1 737 265 euros, incluindo um resultado líquido de 759 941 euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração de rendimento integral, a Demonstração de alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Optimize Investment Partners – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas na União Europeia.;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 26 de março de 2024



Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

Representada por Pedro Miguel Pires de Jesus (Revisor Oficial de Contas n.º 1930 e registado na CMVM com n.º 20190019)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Conselho Fiscal elaborar um relatório e emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas da Optimize Investment Partners - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.
2. Durante o exercício, o Conselho Fiscal desempenhou com regularidade as funções que lhe foram confiadas, tendo nomeadamente procedido às verificações que considerou convenientes e apreciado as contas e os atos de gestão mais relevantes da Empresa, bem como o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor. O Conselho de Administração forneceu todos os esclarecimentos e informações que foram solicitadas pelo Conselho Fiscal.
3. No encerramento do exercício, foram presentes pelo Conselho de Administração os documentos de prestação de contas e que incluíam a proposta de aplicação de resultados.
4. O Conselho Fiscal tomou também conhecimento da Certificação Legal das Contas relativa ao exercício em apreço, emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.
5. Parecer

Face ao que antecede, e apreciados os documentos referidos nos números anteriores, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral:

- a) Aprove os documentos de prestação de contas do exercício de 2023, tal como foram apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) Aprove a aplicação de resultados proposta pelo Conselho de Administração.

6. Finalmente, o Conselho Fiscal deseja agradecer ao Conselho de Administração e aos Serviços da Empresa toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 22 de março de 2024